



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Fls. 02
Ass. _____

MENSAGEM Nº 92 / 2023

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o incluso Projeto de Lei que *"Altera a Lei nº 1.265, de 12 de agosto de 1996, que estabelece normas a denominação de próprios, vias e Logradouros, numeração predial, e dá outras providências"*.

Visando a necessidade de ajustes no conteúdo normativo vigente visando adequar seu texto, com o fito de favorecer a atualização do cadastro imobiliário. Com a atualização da base cartográfica do território, verificou-se a existência de muitos imóveis desatualizados, em especial quanto a sua numeração predial, evidenciada pela grande incidência de devoluções de Carnês do IPTU/TRSD/COSIP nos últimos exercícios.

Assim a presente Minuta de Lei propõe o fortalecimento da identificação obrigatória dos imóveis com sua respectiva numeração predial, permitindo, quando não realizada pelo proprietário, que seja efetuada pelo Município. A norma ainda prevê a instituição de certidão municipal que ateste o endereço oficial dos imóveis, garantindo a entidades públicas e privadas o correto endereçamento, buscando assim, a uniformização das informações cadastrais dos imóveis, em especial as de prestações de serviços públicos concessionados.

Desta feita, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto de Lei Complementar em anexo, ao tempo que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho – RO, 19 de setembro de 2023.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI Nº 19 , DE 19 DE SETEMBRO DE 2023.

Fls. 03
Proc.
Ass. 4

PROTOCOLU Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 4553/2023

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 21/09/23 Horário 09:45

Altera a Lei nº 1.265, de 12 de agosto de 1996, que estabelece normas a denominação de próprios, vias e Logradouros, numeração predial, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do Art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 1.265, de 12 de agosto de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 9º O Município poderá instalar novas plaquetas de numeração do imóvel, com a cobrança do custo no carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU). **(AC)**
(...)

Art.11. (...)
(...)

§ 1º A numeração existente deverá ser mantida, devendo ser redefinida quando incompatível com a metodologia de que trata o Art. 8º desta Lei. **(AC)**

§ 2º O proprietário que tiver a numeração redefinida será notificado da respectiva alteração, e terá o prazo de 30 (trinta) dias para colocar a nova numeração em seu imóvel. **(AC)**
(...)

Art. 15-A. Os proprietários dos imóveis encontrados sem identificação da numeração, ou com a numeração em desacordo com as definições contidas nesta Lei serão intimados a sanar a irregularidade e no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A inobservância da intimação de que trata o caput deste artigo implicará a aplicação das seguintes penalidades: **(AC)**

I – de 1 UPF (uma Unidade Padrão Fiscal) do Município quando do descumprimento da primeira intimação; **(AC)**

II – de 5 UPF (cinco Unidades Padrão Fiscal) do Município quando do descumprimento da segunda intimação. **(AC)**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Proc. 4
Ass. ay

§ 2º Nos casos onde após a aplicação da penalidade contida no inciso II do § 1º deste artigo, permanecer a falta de numeração do imóvel, esta será instalada pelo Município nos termos do Art. 9º desta Lei. (AC)
(...)

Art. 18. A denominação de logradouros e a numeração predial resultantes do parcelamento do solo urbano obedecerão à metodologia definida nesta Lei e na regulamentação específica. (NR)

§ 1º Quanto a denominação de logradouros e a numeração predial, fica instituída a Certidão de Endereço para a certificação do endereço oficial dos imóveis. (AC)

§ 2º A Certidão de Endereço será fornecida gratuitamente para os imóveis sem débitos imobiliários. (AC)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.